**Administração Pública, Processos Administrativos em Licitação Pública**

Natália Fantine Pereira Aguiar1, João Batista Ferreira2,

E-mail: nataliafantine.aguiar@hotmail.com

1 Graduando em Administração, Unicerp, Patrocínio, Brasil; 2 Doutor em Administração, docente Unicerp, Patrocínio, Brasil.

**Introdução:** Nos órgãos públicos usam a modalidade do pregão eletrônico na licitação para adquirir produtos e serviços, sendo padrão objetivamente definido por editais especificações usadas no mercado. **Objetivos:** Esta pesquisa visa destacar o uso do pregão eletrônico para reduzir burocracias desnecessárias que envolvem as licitações, facilitando e simplificando especialmente o processo licitatório tanto aos fornecedores, quanto a Administração. **Materiais e métodos:** O método de pesquisa utilizado será um estudo bibliográfico, ou de fontes secundárias, abrangendo toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, consultas em leis, regulamentos, decretos, regras e normas técnicas. **Resultado:** A importância do pregão eletrônico na modernização dos processos de compras públicas no Brasil, enfatizando a evolução desde a Lei nº 8.666/1993 até as recentes mudanças instituídas pela Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 10.024/2019. Estas normativas promoveram a integração de tecnologias de informação, consolidando práticas de planejamento e transparência. O pregão eletrônico é reconhecido como um instrumento eficiente não apenas para reduzir custos, mas também para garantir a qualidade nas contratações públicas. A adoção desta modalidade licitatória é vista como um passo significativo para o desenvolvimento nacional, impulsionando a economia, o emprego e a inovação tecnológica. **Conclusão:** Sintetiza um estudo sobre a reforma dos processos de licitação no Brasil, com ênfase na adoção do pregão eletrônico como meio de desburocratizar as compras públicas. Destaca-se a importância das licitações na governança pública, orientadas por leis como a Lei 8.666/1993 e a Lei 10.520/2002, que visam garantir a integridade, equidade e eficácia nas contratações estatais. O texto ressalta o pregão eletrônico como propulsor de eficiência e transparência, alinhado aos objetivos de desenvolvimento sustentável do Brasil. A metodologia bibliográfica abrange fontes diversas entre 2011 e 2021, e as descobertas indicam que o pregão eletrônico tem contribuído para a melhoria da gestão de compras, fomentando a economia e a competição, mesmo diante dos obstáculos em sua plena implementação.

**Palavras-chave:** Pregão eletrônico. Tomada de preço. Compras públicas

**Financiamento:** Não há.